

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000322/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 15/06/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR027240/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.106084/2020-86
DATA DO PROTOCOLO: 08/06/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP E C R A SOC O FORM PROF DE BRASILIA, CNPJ n. 00.627.679/0001-43, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). TARCISIO BRANDAO MELO;

E

ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL, CNPJ n. 26.444.653/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROMULO JUNIO SOARES;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2020 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **PROFISSIONAL, DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE ORIENTAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PLANO DA CNTEEC**, com abrangência territorial em **DF**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

PISO SALARIAL -

São fixados os seguintes salários para admissão a partir de 1º de maio de 2020:

a) Fica fixado o piso salarial da categoria em R\$ 1.140,00 (um mil cento e quarenta reais) mensais;

Parágrafo Primeiro: No valor mencionado na cláusula supra, já estão acrescidos os dispositivos previstos na Lei 605/49 (repouso semanal remunerado e o pagamento nos dias feriados civis e religiosos), regulamentada pelo Decreto nº 27.048/49.

Parágrafo Segundo: Caso o salário mínimo fique com valor superior ao salário base da categoria, o mesmo deve ser igualado ao salário mínimo.

Parágrafo Terceiro: Fica mantido o piso salarial sem reajuste por um período de ano, exceto em ajuste referente ao salário mínimo.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

REAJUSTE SALARIAL – O empregador concederá aos seus empregados 4.5% (seis por cento) no reajuste salarial, conforme acordo estabelecido com o sindicato laboral.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE ESPONTÂNEO

Reajuste Espontâneo - Os reajustes espontâneos ou compulsórios, a título de antecipação, havidos no período compreendido entre 01/05/2020 a 30/04/2021, na aplicação dos percentuais previstos no caput da cláusula poderão ser deduzidos no percentual a ser aplicado, salvo os decorrentes de promoção, transferência ou equiparação.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA - DATA DO PAGAMENTO

DATA DO PAGAMENTO Sem prejuízo das sanções penais, fica o empregador sujeito à multa de 2% (dois

Parágrafo único: Caso haja atraso no repasse dos convênios e contratos e a Associação comprove, atraso dos salários foi gerado pelo atraso do repasse do convênio e contrato, fica dispensada da multa desta cláusula.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - CONTRACHEQUE

CONTRACHEQUE - Os empregadores obrigam-se a fornecer aos seus empregados, comprovante de pagamento (contracheque) em que conste, além dos créditos e descontos mensais, sua carga de horas mensais, o valor do salário-hora e o valor a ser creditado na conta vinculada do FGTS.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA OITAVA - LUCRO PARTICIPATIVO

LUCRO PARTICIPATIVO – Fica estabelecido a todos os colaboradores que havendo disponibilidade orçamentária, interesse e aprovação pelo Órgão que efetivou o contrato com a associação, poderá ocorrer a concessão dos lucros participativos da instituição que firmou contrato com a Associação.

Parágrafo único: A presente cláusula é de efeito livre do Órgão que contrata a Associação, não sendo obrigação de contemplar os colaboradores pelo lucro participativo, bem como, não poderá ser repassado à Associação, à obrigação de contemplar os seus colaboradores, caso o órgão não aprove o lucro participativo.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - VALE ALIMENTAÇÃO - TICKET ALIMENTAÇÃO

VALE ALIMENTAÇÃO - TICKET ALIMENTAÇÃO – O empregador concederá gratuitamente ao empregado um ticket alimentação no valor de **R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)** por dia. Este valor será reajustado na mesma época e proporções que os demais reajustes salariais.

Parágrafo Primeiro: O empregador concederá o Vale de Alimentação no valor de 594,00 (Quinhentos e noventa e quatro reais) por mês, equivalente a 22 dias.

Parágrafo 1º: VALE ALIMENTAÇÃO –

Concedido em pecúnia, não integra a remuneração salarial para fins rescisórios e reclamação trabalhista, bem como, não sofrerá a incidência e nem descontos do INSS e FGTS.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

VALE TRANSPORTE - Fica assegurado o direito de obtenção do vale transporte aos colaboradores que comprovadamente utilizem-se do mesmo para sua locomoção ao local de trabalho, podendo o empregador fazer o pagamento através de vale-transporte ou em moeda corrente, sendo que, em nenhuma hipótese estes valores integrarão a base salarial para efeito de rescisão ou indenização de verbas trabalhistas devidas.

Parágrafo Primeiro: Fica vetado o desconto de 6% referente ao Vale Transporte.

Parágrafo Segundo: Exclui o direito de vale transporte aos possuidores de passe-livre para pessoa com deficiência.

Parágrafo Terceiro: Reserva ao colaborador que não possuir o passe-livre por meio de declaração, informar que não possui interesse em receber o vale-transporte, bem como, informar por escrito que não possui passe-livre.

Parágrafo Quarto: O empregador concederá o Vale Transporte equivalente a 22 dias ao mês.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PLANO DE SAÚDE

PLANO DE SAÚDE– Fica estabelecido aos colaboradores que aderirem a este termo de acordo coletivo, a concessão de plano de saúde corporativo, que será disponibilizado individualmente para cada colaborador, quando o contrato disponibilizar no termo contratual.

Parágrafo Primeiro: A adesão do plano de saúde pelo colaborador deverá seguir as normas do Plano (empresa de saúde) em conformidade com as normas da ANS.

Parágrafo Terceiro: Fica determinado que uma vez implantado, o benefício não possa ser cancelado, salvo quando houver acordo entre as partes – contratante Órgão que efetivou o contrato com a associação e Sindicato da Classe.

Parágrafo Quarto: O reajuste será realizado de acordo com a operadora do Plano de Saúde.

Parágrafo Quinto: O custo do reajuste do plano de saúde será repassado aos contratos que tiverem adesão de plano de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA SAÚDE

ASSISTÊNCIA SAÚDE – Fica estabelecido aos colaboradores que aderirem a este termo de acordo coletivo, e que estejam vinculados aos contratos de entes públicos ou privados com a associação, a concessão de assistência saúde, que será disponibilizado individualmente para cada colaborador, em pecúnia, levando em consideração a data de assinatura do contrato, sendo ela posterior à data deste acordo. Para os contratos já existentes o benefício deverá ser mantido.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do benefício será realizado em moeda corrente junto ao salário, sendo que, estes valores integrarão a base salarial para efeito de rescisão ou indenização de verbas trabalhistas devidas.

Parágrafo Segundo: Fica determinado o valor mínimo de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para os contratos assinados após a homologação do presente acordo.

Parágrafo Terceiro: O reajuste da Assistência Saúde será feito conforme reajuste salarial determinado em ACT vigente levando em consideração a autorização dos entes públicos ou privados, os quais a contratante tem vínculo contratual.

Parágrafo Quarto: O benefício será pago ao colaborador no seu período de férias.

Parágrafo Quinto: O benefício será pago de forma integral à colaboradora afastada por motivo de licença maternidade.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

SEGURO DE VIDA – Fica determinado aos contratos assinados após a homologação do presente acordo, o pagamento de seguro de vida no valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por colaborador presente em seu contrato.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DEMISSÃO, READMISSÃO, PERMUTA, REMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

DEMISSÃO, READMISSÃO, PERMUTA, REMOÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO - Quando ocorrer demissão, o empregador poderá readmitir o mesmo colaborador, com o objetivo de incentivo à continuidade do trabalho e a manutenção do seu beneficiário no mundo do trabalho e, com a finalidade de inclusão social da pessoa com deficiência. A instituição terá a opção de no ato da renovação do contrato, ou mudança de função, firmar com o respectivo órgão, fazer ou não as rescisões contratuais. Se optar em fazer as rescisões contratuais, a instituição poderá recontratar o seu colaborador de forma imediata no mesmo órgão ou em outro órgão que com ela mantiver contrato firmado, sem as penalidades previstas no Art. 2º da Portaria 384 de 19 de junho de 1992, bem como, poderá ocorrer permuta e remoção conforme estabelecido na Resolução 007/2019.

Parágrafo único: Poderão ocorrer readmissões em contratos com salários inferiores dependendo dos contratos administrativos firmados pelos órgãos da Administração Pública contratante dos serviços do empregador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA - Quando ocorrer demissão por justa causa, o empregador, quando solicitado pelo colaborador demitido, fornecerá documento no qual conste descrição sucinta dos fatos que ocasionaram a demissão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CARTA DE REFERÊNCIA

CARTA DE REFERÊNCIA - A empresa fornecerá no ato da homologação, ao colaborador dispensado sem motivo justificado, uma carta de referência, desde que solicitada previamente.

DA GARANTIA DE HOMOLOGAÇÕES NO SENALBA/DF

Fica garantido que as rescisões de contrato de trabalho dos empregados a partir de 12 (doze) meses de contrato de trabalho serão homologadas no Senalba/DF.

§ 1º. As rescisões de contrato de trabalho levadas ao Sindicato será cobrado o valor de R\$ 25,00 (vinte reais) de TAXA DE CONFERÊNCIA DE CÁLCULO/HOMOLOGAÇÃO, que deverá ser depositada na conta do BRB – AG. 208-C/C 600.137-6 – SENALBA/DF, CNPJ Nº 00.627.679.0001-43.

§ 2º. Fica assegurado ao empregado que pagar a CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL prevista neste ACT ou que pagar a contribuição sindical anual prevista no artigo 578 e 579 da CLT a isenção, caso queira, do pagamento da TAXA DE CONFERÊNCIA DE CÁLCULO/HOMOLOGAÇÃO, prevista no § 1º desta cláusula.

§ 3º. O agendamento da homologação, do termo de rescisão e pagamento das verbas rescisórias será realizado pelo Senalba/DF no prazo máximo de cinco dias a partir do pedido de designação de data pela Instituição.

§ 4º. As homologações serão realizadas por ordem de chegada, com a presença de ambas as partes (empregado e empregador). Horário: 9:00 às 13:00hs - de 2ª a 6ª feira.

§ 5º. Deverá a Instituição apresentar obrigatoriamente no ato da homologação, a guia de recolhimento da contribuição sindical dos empregados ou o comprovante de pagamento da TAXA NEGOCIAL coletiva com a lista dos trabalhadores contribuintes.

§ 6º. No ato da homologação da rescisão contratual deverão ser apresentados os documentos previstos na sessão VI da Instrução Normativa SRT/MTE nº 15 de 15/07/2010.

§ 7º. Não serão homologadas as rescisões sem a apresentação dos documentos mencionados nos parágrafos 5º e 6º desta Cláusula.

§ 8º. Quando ocorrer à finalização do Contrato, no mês que antecede a data base Abril terá exceção e poderá ocorrer o desligamento por parte do Empregador dos colaboradores que prestam serviço no determinado Contrato.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO**

SUBSTITUIÇÃO – Em caso de substituição do colaborador, o substituto seguirá a tabela “B” aprovada na Resolução 009/2019.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES
OUTRAS NORMAS DE PESSOAL****CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HABEAS DATA –**

HABEAS DATA – Quando o colaborador, solicitar por escrito, o empregador deverá colocar à disposição todas as informações, observações, assentamentos e avaliações a seu respeito, mantidos pela instituição, se esses forem existentes.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS
COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

COMPENSAÇÃO DE HORAS - Será permitida a compensação da jornada de trabalho do sábado pelo acréscimo do número de horas correspondentes aos dias úteis de segunda a sexta-feira, desde que não ultrapasse a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, independentemente de homologação no SENALBA/DF e de assinatura de acordo individual. Os colaboradores poderão adotar o regime de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas, com relação aos guardas, vigias e vigilantes.

Parágrafo Único: Em caso de ausência injustificada, fica estipulado que independente da jornada de trabalho do colaborador, o mesmo poderá compensar em período inverso, desde que autorizado previamente pelo contratante.

CONTROLE DA JORNADA**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO - Não havendo necessidade de trabalho, o empregador

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - BANCO DE HORAS

BANCO DE HORAS - Nos termos do artigo 59 da CLT como redação que lhe deu a lei 9.601 de 22 de janeiro de 1998, as partes convenientes institui o Banco de Horas, procedimento que se regerá pelo presente instrumento e cuja principal característica é a dispensa de acréscimo de salário se, a critério exclusivo do empregador, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, dentro do prazo legal de 12 meses .(Conforme MP 927/2020 que pode ser de 18 meses).

Parágrafo único: compensação de jornada de trabalho já em vigor pelo qual o acréscimo de horas de segunda-feira até sexta-feira é compensada pelo não trabalho aos sábados poderá ser objeto de remanejamento a critério do empregador, para plena aplicação do princípio que constitui o banco de horas. Em qualquer hipótese a jornada diária do colaborador não excederá 10 (dez) horas diárias e não poderá dispor o colaborador desta faculdade de modo a envolver mais do que 176 horas, há quatro meses no regime de compensação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARGA HORARIA SEMANAL DE 36 HORAS

CARGA HORARIA SEMANAL DE 36 HORAS: Fica determinado que os cargos de **Digitalizador, Preparador, Indexador, Descritor, Atendente e Validador** deverá cumprir com carga semanal de trabalho de 36horas.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DAS FALTAS

ABONO DAS FALTAS - As faltas serão abonadas nas seguintes situações:

Parágrafo Primeiro: Serão abonadas as faltas dos colaboradores mediante apresentação de atestado médico, firmado por médico ou cirurgião dentista, devidamente registrado no Conselho da Classe, desde que comunicado e apresentado até 72 (setenta e duas) horas após o início da primeira falta.

Parágrafo Segundo: Será abonada a falta do empregado que deixar de comparecer ao serviço quando prestar vestibular ou seleção de mestrado ou doutorado, nos dias da realização do mesmo, desde que o empregador seja notificado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e posteriormente faça a comprovação do alegado, desde que abono beneficiando vários colaboradores não possa inviabilizar o funcionamento das atividades do empregador.

Parágrafo Terceiro: O cálculo dos descontos decorrentes de faltas será efetuado sobre o salário base, aplicados sobre o número de horas não trabalhadas no dia, acrescidas de repouso semanal correspondente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DOENÇA DO CONJUGE OU DEPENDENTE

DOENÇA DO CONJUGE OU DEPENDENTE - As faltas ao trabalho por motivo de doença do cônjuge ou dependente menor, desde que comprovado por atestado médico da área que o colaborador esteve acompanhando, serão abonadas até 03 (três) dias ao ano, desde que comunicado e apresentado até 48 (quarenta e oito) horas após o início da primeira falta.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA ADOÇÃO

LICENÇA ADOÇÃO – A associação estenderá a licença adoção prevista em Lei 12.010/2009, ao colaborador adotante, independente de sexo ou situação civil.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA GALA

LICENÇA GALA - Fica estabelecido que a licença para casamento do colaborador será de 03 (três) dias consecutivos conforme CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA NOJO

LICENÇA NOJO -Fica estabelecido que a licença nojo do colaborador será de 02 (dois) dias consecutivos conforme CLT.

Prorrogação de Licença Maternidade: Fica garantido o direito de atestado amamentação de 15 dias.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - UNIFORMES

UNIFORMES - Fica assegurado ao empregador o fornecimento gratuito de uniformes por parte da Associação, quando esta exigir o uso dos mesmos e for contemplado no Termo de Contrato com o Órgão Gestor.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMUNICAÇÃO DE ESTADO GRAVÍDICO

COMUNICAÇÃO DE ESTADO GRAVÍDICO - A colaboradora obriga-se a apresentar ao empregador, assim que tomar conhecimento do seu estado gravídico, atestado médico comprobatório. Não apresentando o atestado ou vindo a apresentá-lo após a sua demissão, a empresa poderá reintegrar a colaboradora sem o pagamento dos dias parados, compensando as verbas rescisórias paga com os salários vincendos.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO

ACESSO - Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes e delegados sindicais à sala dos colaboradores, nos horários de intervalo, para tratarem de assuntos do interesse da categoria, comunicando ao empregador com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, podendo ocorrer no máximo 06 (seis) vezes por ano.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

Parágrafo Primeiro- A Contribuição de Negociação Coletiva referente aos empregados, devida por negociação coletiva realizada, será descontada a cada ano, conforme vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, na folha de pagamento no mês em que for registrado/homologado o Acordo Coletivo de Trabalho no órgão competente, **no percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), que deverá ser pago no mês da homologação do presente acordo, incidentes sobre a remuneração do empregado, a favor do SENALBA/DF, que sejam beneficiados por esse Acordo Coletivo de Trabalho, sindicalizados**, por meio de depósito na conta do **SENALBA/DF, CNPJ Nº 00.627.679.0001-43 - BANCO DE BRASILIA - BRB – AG. 208- CONTA 600.137-6.**

Parágrafo Segundo - A Instituição deverá apresentar a guia de depósito da CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL Coletiva ou da contribuição sindical prevista nos Art. artigos 578, 579, 582, 583, 587 e 602, 611-b.

Parágrafo Terceiro - As normas constantes na presente Cláusula “**CONTRIBUIÇÃO/TAXA NEGOCIAL DOS EMPREGADOS**”, serão aplicadas de forma geral e imediata a todos os contratos de trabalho vigentes e futuros.

Parágrafo Quarto - Os trabalhadores admitidos posteriormente à homologação do acordo coletivo de trabalho deverão enviar carta de autorização ao Sindicato para aderir ao Acordo Coletivo de Trabalho em até 10 dias após a assinatura do contrato junto à empresa.

Parágrafo Quinto - Os contratos assinados a partir de 01 de Julho de 2020 pagarão a taxa de 1,0% **no seu primeiro ano de vigência, incidentes sobre a remuneração do empregado, a favor do SENALBA/DF.**

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONQUISTAS E BENEFÍCIOS

CONQUISTAS E BENEFÍCIOS - Ficam consolidadas todas as conquistas e benefícios constantes do presente acordo trabalhista, independentemente da modalidade de contrato do colaborador.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO.

O descumprimento das obrigações de fazer estabelecidas no presente ACT – ACORDO COLETIVO DE TRABALHO sujeitará ainda o infrator à multa igual a 5% (cinco por cento) do piso base da categoria do empregado, por cada infração, a cada mês, por cada trabalhador, devendo o valor apurado ser revertido em favor do Senalba/DF.

Parágrafo único: Caso seja necessário o ajuizamento de ação judicial para cobrar os valores devidos em razão do descumprimento de qualquer das Cláusulas do ACT, será devido, ainda, pelo infrator, honorários advocatícios no percentual de 20% do valor total apurado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MANUTENÇÃO DE CONQUISTAS E BENEFÍCIOS

MANUTENÇÃO DE CONQUISTAS E BENEFÍCIOS - Fica garantida a manutenção de conquistas e benefícios constantes de Acordos em separado, que passam a incorporar os contratos individuais de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA RESOLUÇÃO 009/2019 E 007/2019

DA RESOLUÇÃO 009/2019 E 007/2019: Fica estabelecido como parte deste ACT, a Resolução 009/2019 e 007/2019 da Associação, que segue anexo.

TARCISIO BRANDAO MELO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMP E C R A SOC O FORM PROF DE BRASILIA

ROMULO JUNIO SOARES
PRESIDENTE
ASSOC CENTRO DE TREINAMENTO DE EDUCACAO FISICA ESPECIAL

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.